



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638269 - SP (2021/0000501-4)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : LUIZ MARTINS DE OLIVEIRA NETO  
**ADVOGADO** : LUIZ MARTINS DE OLIVEIRA NETO - SP365256  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CRISTIANO JOSE DE FRANCA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CRISTIANO JOSE DE FRANCA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0008221-83.2020.8.26.0482).

O paciente cumpre pena em regime fechado.

O impetrante sustenta que o paciente preenche os requisitos legais para a obtenção da progressão ao regime intermediário, aduzindo que a gravidade abstrata dos delitos cometidos e a longa pena a cumprir não podem obstar a benesse.

Requer, liminarmente, o deferimento da progressão do paciente ao regime semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente